

## FRONTEIRA, QUESTÃO AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO: REVISITANDO WEBER, TURNER E LÊNIN\*

---

Felipe Maia Guimarães da Silva\*\*

---

### RESUMO

A “fronteira” é uma categoria de uso corrente na sociologia. O trabalho pretende discutir a utilização desta categoria em três autores “clássicos” da disciplina, buscando comparar o sentido que ela assume em suas obras e, com isso, discutir o valor heurístico das teses por eles sugeridas. Utilizando as interpretações de Max Weber, Frederick J. Turner e V. I. Lênin, trabalha-se a “fronteira” como variável decisiva na interpretação dos processos históricos de modernização na periferia do capitalismo.

**Palavras-chave:** Fronteira; modernização; periferia; capitalismo.

## FRONTIER, THE AGRARIAN QUESTION AND MODERNIZATION: REVISIT- ING WEBER, TURNER AND LENIN

### ABSTRACT

“Frontier” is an usual category in sociology. This paper discusses the meaning of that category in three classic works of the discipline and shows the heuristic value of hypotheses they present. Focusing on Max Weber, Frederick J. Turner e V. I. Lenin’s interpretations, we show that “frontier” is an important variable in the interpretation of historical processes of modernization in peripheral capitalism.

**Key words:** Frontier; Modernization; Periphery; Capitalism.

---

\*\*Felipe Maia Guimarães da Silva. Doutorando no programa de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP – UERJ). E-mail:ffmaia@yahoo.com ou fmsilva@iesp.uerj.br

\*Este artigo é uma versão modificada de um trabalho originalmente apresentado no GT “A questão agrária no Brasil contemporâneo: redefinições teóricas e dilemas políticos” durante o XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Agradeço aos participantes do grupo pela debate e pelas sugestões que recebi.

## INTRODUÇÃO

A sociologia é uma disciplina que tem a necessidade de permanentemente, refazer o caminho através do qual constrói suas categorias. Esse estranho hábito, tal qual Penélope — a personagem da mitologia grega que refazia cotidianamente seu próprio trabalho — tem sua razão de ser na tentativa, quase sempre incompleta, de desnaturalizar ou des-reificar as categorias e com isso aguçar a sensibilidade sociológica em direção ao mundo real. Se, como argumentou Agnes Heller (1991), algum nível de objetificação está sempre presente no trabalho sociológico, consideramos que refazer o caminho pelo qual as categorias que trabalhamos são constituídas, bem como explorar sua relação com os contextos sociais e com as diferentes possibilidades de interpretação, são tentativas para manter a capacidade crítica da disciplina.

Neste sentido, voltar aos debates clássicos é uma necessidade permanente que deve ser encarada como um proveitoso esforço de testar hipóteses e sua capacidade heurística. É com esse espírito que propomos aqui retomar o debate sobre a “fronteira” como uma categoria de interpretação sociológica, através de três autores que podem ser vistos como representativos de três linhagens de abordagem do tema, Max Weber, V.I. Lênin e Frederick Jackson Turner<sup>1</sup>. Com eles, pretendemos também lançar um olhar sobre três casos de modernização na virada do século XIX para o XX, onde a “fronteira”, ou a ausência dela, tornou-se uma variável decisiva na interpretação, a Alemanha,

a Rússia e os Estados Unidos. Pretendemos, assim, colocar a fronteira em perspectiva, analisando suas relações com a questão agrária e com a modernização.

Nos três autores a ideia de “fronteira” vem associada a uma estrutura de terras livres, abertas à colonização, ou seja, à ocupação por agricultores interessados na posse e cultivo da terra, seja para sua subsistência ou, principalmente, para a comercialização. A “fronteira” torna-se, aí, um elemento importante em um contexto mais amplo de transformações, com a emergência de uma agricultura comercial e capitalista, em lugar das antigas formas de agricultura feudal. Há uma conexão, por certo, não natural, nem intrínseca, desta fronteira com a expansão do capitalismo agrário e com os processos conhecidos como modernização destas sociedades.

O artigo tem, além desta breve introdução, três seções: na primeira, apresentaremos as hipóteses de Weber sobre a relação entre a fronteira e as formas de desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, Alemanha e Rússia. Em seguida, discutiremos a tese de Turner sobre a influência da fronteira no caso norte-americano. Na terceira seção, vamos comparar a formulação desses autores com as de Lênin, que tratou mais detidamente do caso russo, mas, também, buscou linhas de comparação com a experiência americana. Por fim, à guisa de conclusão, propomos algumas possibilidades de interpretação da fronteira, à luz dos autores citados.

---

1. Outros autores já empreenderam comparações entre alguns dos autores aqui examinados. Lênin e Turner são examinados em Velho (1976). Elisa Reis (1980) procede a uma ampla discussão teórica sobre as relações entre questão agrária e política examinando Turner, Weber e o próprio Otávio Velho. Não discute todavia a contribuição de Lênin.

## 1. O CARÁTER AUTORITÁRIO DO CAPITALISMO ALEMÃO

Max Weber desenvolveu um conjunto importante de estudos sobre a questão agrária na Alemanha, na última década do século dezenove. Motivado por uma extensa pesquisa conduzida em todo o país pela *Associação para política social*, Weber tratou das relações agrárias no leste alemão, região importante por ser a terra natal dos “junkers”, o grupo social dos grandes proprietários de terras que haviam sido decisivos no processo da unificação política alemã.

Daí o forte interesse que a questão despertava em Weber e que ligava os problemas especificamente agrários ao desenvolvimento da nação como um todo. Também não se poderia ver os problemas agrícolas de um ponto de vista puramente econômico, pois “as propriedades do leste não são meramente unidades econômicas, mas centros de dominação política” (WEBER, 1989). Elas proviam a base material de um estrato social, os “junkers”, que combinava a autoridade política no interior das fazendas com o exercício da força política e militar do poder estatal. Esta classe dominante do leste se dispersava por grandes propriedades na área rural, fazendo um contrapeso à influência da grande burguesia citadina. A questão agrária se tornava então uma questão imediatamente política, dizia respeito às bases sociais do exercício do poder político e da sustentação estatal alemã. Como se verá, é possível interpretar que Weber já via aí um problema de hegemonia, para o qual a distribuição da propriedade deverá ser levada em conta.

Nesse estudo, Weber procurou mapear o que chamou de a “constituição do trabalho” nas fazendas, categoria de análise que se refere

a um conjunto de relações de trabalho, de regulamentação legal e de estratificação social num dado sistema econômico, que compõem um tipo logicamente coerente de características e propriedades. Segundo Scaff (1989), Weber buscava assim valorizar tanto uma explicação multi-causal das transformações sociais, conjugando características sociais, econômicas e jurídicas, quanto propor uma comparação entre os tipos distintos de constituição do trabalho, notadamente o patriarcalismo e o capitalismo. Esta é a categoria chave para interpretar as mudanças sociais que estavam em curso.

No passado, a instituição central da constituição do trabalho no leste era o “Instmann” (“morador”), um trabalhador vinculado à propriedade que trabalhava uma parte da terra com sua família e, eventualmente, algum trabalhador diarista contratado. Em troca, recebia uma parte do produto da fazenda e do lucro da colheita dos cereais. Apesar de não possuir autonomia pessoal, era, assim como o proprietário, diretamente interessado no lucro da fazenda, do qual recebia parte em dinheiro. Essa relação foi chamada por Weber de “comunidade de interesses”, estabilizando os vínculos entre camponeses e proprietários e legitimando a forma patriarcal de condução das fazendas do leste, bem como de um conjunto mais amplo de relações sociais, inclusive a administração da justiça e a autoridade política.

Essa forma patriarcal de condução só seria encontrada por Weber (1981) em poucas fazendas, no final do século dezenove. Ela havia se tornado decadente em função do avanço do capitalismo e das crescentes necessidades comerciais impostas pela participação dos fazendeiros alemães no mercado internacional. A distribuição dos lucros dos cereais e o direito de uso de bosques e campos comuns estavam

sendo eliminados. Surgiam outras formas de relação, entre elas o trabalho assalariado, quebrando a base econômica que dava sustentação à comunidade de interesses.

A integração ao mercado mundial forçava os proprietários rurais alemães a se tornarem o que eles nunca haviam sido, empreendedores econômicos, operando sob princípios comerciais. Este seria o golpe final no tipo de economia autárquica das fazendas do leste. Levava também a uma agricultura mais intensiva, cada vez mais dependente da inversão de capitais e de métodos comerciais de gestão. Inseriam-se aí princípios modernos de racionalidade econômica sobre uma antiga base de “economia natural”. A transformação nas relações de trabalho, por este ponto de vista, obedecia a imperativos de redução dos custos de manutenção da força de trabalho ao mínimo (WEBER, 1989).

Por outro lado, havia uma transformação subjetiva em curso entre os trabalhadores, um “encantamento poderoso e puramente psicológico da liberdade” (WEBER, 1986, p.67). A liberação dos vínculos patriarcais correspondia a um desejo de autonomia dos próprios trabalhadores, mesmo que isso significasse uma remuneração por vezes inferior às do “mora-dor”, e certamente mais arriscada. Tratava-se, segundo Weber, do surgimento de tendências individualistas, de busca de uma existência independente em relação aos antigos senhores. Como argumenta o autor, “a tendência mais pronunciada entre os mais capazes dos trabalhadores, é a vontade de separar-se a qualquer custo da ‘casa’ patriarcal e da comunidade econômica, mesmo que ao preço de uma passagem pelo proletariado” (WEBER, 1986, p.66). Esperava-se atingir uma condição de camponês independente, desvinculado do domínio senho-

rial, percebendo que a velha comunidade não oferecia possibilidades de vida independente. No domínio senhorial, o uso da terra estava sujeito à subordinação patriarcal, barreira que se buscava ultrapassar em direção à autonomia. As migrações internas, a busca de relações de trabalho assalariadas, de contratos de trabalho mais fungíveis, constituíam, para os camponeses, estratégias de independência. Porém, isso nem sempre era possível devido, principalmente, à escassez de terras livres.

As condições sociais eram agravadas pela concorrência entre trabalhadores alemães e imigrantes poloneses, cada vez mais demandados pelos grandes proprietários para o trabalho sazonal. Os poloneses aceitavam um nível de subsistência inferior e portanto salários mais baixos. Eram também mais dóceis e menos sujeitos à possibilidade de regulação estatal das condições de contrato. Os empregadores tinham então um controle absoluto sobre a força de trabalho. Para Weber, a imigração polonesa favorecia os interesses dos proprietários de terras, pressionando para um ajustamento nas relações de trabalho em condições inferiores para os trabalhadores, era, assim, “arma antecipada na luta de classes” (WEBER, 1989, p.181).

Pode-se, então, vislumbrar o quadro que Weber montou sobre as transformações em curso no leste alemão. Tratava-se da introdução de uma agricultura comercial em larga escala, levando à transição de uma constituição do trabalho, de tipo patriarcal, para outra, de tipo capitalista. Nesta transição, as pressões típicas da luta de classes, da determinação puramente econômica dos níveis salariais e da escassez de terras, levavam à piora dos níveis de vida dos camponeses e trabalhadores alemães, mesmo que isso correspondesse a um estatuto pessoal de maior liberdade. Os “junkers” também pas-

savam por intensa transformação, deixando de ser um estrato aristocrático para se tornarem competidores envolvidos na luta econômica, todavia, precisavam operar ao nível do estado para manter uma posição estamental que ia se tornando cada vez mais incompatível com sua base econômica.

Desta forma a questão agrária vinculava-se a uma questão nacional, pois os interesses dos “junkers” estavam em oposição aos interesses do desenvolvimento da nação<sup>2</sup>. Seu compromisso com o protecionismo agrário, sua estratégia de “polonização” do leste, a tentativa de engajar o estado, para sustentar um status social que havia sido colocado em risco pela competição econômica, levavam a uma incompatibilidade entre a hegemonia junker e o desenvolvimento alemão. Isto se consubstanciava numa política econômica que secundarizava os interesses industriais, frente aos agrários, e que, em consequência, tinha implicações no desenvolvimento de um capitalismo de tipo autárquico (WEBER, 1989a).

Essencial é perceber que esta hegemonia junker se assentava sobre o controle da propriedade agrária e a tentativa de manutenção das fazendas como centros de dominação política, ainda que sob condições de competição econômica de tipo capitalista. A escassez de terras livres operava, nestas condições, como um fator de estabilização deste mundo rural, de limitação ao desenvolvimento de um campesinato economicamente independente, capaz de alterar a face do mundo agrário alemão e de se constituir em contrapeso ao predomínio junker. Esses temas ficam mais claros quando

Weber compara o mundo rural alemão com o norte-americano.

Em uma conhecida conferência pronunciada em 1904, em St. Louis, Weber traçou as linhas desta comparação, valorizando a fronteira agrícola norte-americana como elemento decisivo para um desenvolvimento mais “livre” do capitalismo neste país. De modo que, a ocupação da fronteira teria possibilitado que a sociedade agrária, já sob influência do capitalismo, se desenvolvesse de forma mais livre do peso de uma estrutura social antiga, sedimentada. Já não existiria uma comunidade rural separada da influência urbana. A paisagem não era dominada pelos velhos colonos da Nova Inglaterra, pela aldeia mexicana, ou pela plantação escravista, mas pelo fazendeiro que se tornou um homem de negócios, pela colonização do oeste, feita com base no esforço individual (WEBER, 1974). Este agricultor é produto da expansão do mercado e já nasce sob relações capitalistas. De outra forma, poderíamos dizer que este é um mundo agrícola já sob hegemonia burguesa.

Em contraste, na Alemanha a escassez de terras tenderia a tornar a estrutura social rígida, campo fértil para a preservação do poder da tradição. Também o camponês europeu se assemelhava a um tipo tradicional, mais habituado a produzir para suas necessidades e não para o mercado. Ele não foi treinado para produzir visando o lucro, tendo historicamente vivido sob o signo da dependência pessoal ou do cultivo comunitário da terra.

De outro lado, a escassez de terras na Europa provocava o aumento de seu preço. A

---

2. Weber deu grande importância à questão nacional em seus trabalhos e em suas posições políticas. Mommsem (1990) considerou que a formação de um estado nacional poderoso era o ponto central do ideário político de Weber. Desenvolvimento econômico e elevação das condições de vida da sociedade importavam politicamente para o autor por concorrer para este objetivo.

situação era agravada pela presença de uma camada aristocrática para quem a terra não representa apenas um ativo econômico, mas também uma garantia de posição social. Esse aristocrata alemão, diferentemente do inglês, não aceita arrendar a terra, mantém sua residência no meio rural. Não se forma então um mercado capitalista normal de terras, ou, dito de outra forma, a terra mantém funções políticas e sociais de relevo. O capitalismo enfrenta nessas condições uma corrente conservadora, resistente à sua intromissão neste mundo povoado por forças tradicionais — a igreja, os funcionários públicos, a monarquia dinástica, a aristocracia da educação —, formando um bloco conservador. Daí o “caráter autoritário particular”, hierárquico, desta forma de capitalismo em contraste com o americano, baseado na igualdade de direitos (WEBER, 1974).

São essas as forças que Weber denomina de “atraso”, a projeção de um mundo rural conservador sobre uma sociedade capitalista em formação:

Uma combinação peculiar de motivos se faz sentir nesses países antigos e explica o desvio entre as condições europeias e americanas. Além da necessidade de forte preparo militar, há essencialmente dois fatores: primeiro, algo que não existiu jamais na maior parte da América e que pode ser designado como “atraso”, ou seja, a influência de uma forma mais antiga de sociedade rural, que está desaparecendo gradualmente (WEBER, 1974, p.102).

Na Alemanha, esta tensão estaria presente também nas relações entre o leste, com o predomínio das fazendas junkers e o oeste,

no qual as cidades tiveram um papel histórico diferenciado. Ali a questão agrária conheceu uma solução distinta, combinando a possibilidade aberta, pela proximidade com mercados consumidores, com uma aristocracia de vocação urbana, que preferia extrair rendas a dirigir diretamente a propriedade agrícola.

Em seus escritos sobre a Rússia de 1905, Weber retomaria o argumento das terras livres como um contraponto às tendências autoritárias que estavam então em curso naquele país. A vasta extensão de terras aptas à colonização constituiria um recurso estratégico para o desenvolvimento de um capitalismo mais próximo da experiência americana:

O fato de haver um hiato entre a atualidade e o passado histórico é inevitável em ambos os países e age em conjunto com o aspecto ‘continental’ do cenário geográfico quase que ilimitado onde tais fatos se desenrolam. Mas o mais importante nessas duas evoluções é que muita coisa depende tanto de uma quanto de outra. Em certo sentido, são as ‘últimas’ oportunidades para construir culturas ‘livres’, começando pelos ‘alicerces’ (WEBER, 2005, p.107-8).

O argumento sobre a Rússia completa então um quadro em que Weber identificava o controle patrimonial da terra como um obstáculo ao desenvolvimento de um capitalismo agrário, especificamente burguês, mantendo formas de controle tradicional sobre a terra e a população, e, no caso alemão, envolvendo o estado nesta operação política. A fronteira, vista sempre como terras livres, é para Weber, um recurso estratégico; a possibilidade de um desenvolvimento livre do peso da antiga estru-

tura social, uma oportunidade para o estabelecimento de um campesinato autônomo que, sob influência das formas capitalistas, integrado aos mercados urbanos, pudesse transitar a algum tipo de empreendedor capitalista como o “farmer” americano. A obstrução dessa passagem na Alemanha havia permitido a hegemonia junker sobre o processo de modernização e conferido àquele capitalismo seu “caráter autoritário particular”.

## 2. TURNER E A FRONTEIRA AMERICANA

Frederick Jackson Turner, historiador norte-americano, pronunciou em 1893 uma conferência que, a princípio, teria pequeno ou nenhum impacto, mas que, com sua publicação no ano seguinte e com o decorrer dos anos, seria amalgamada ao imaginário americano como uma espécie de mito de origem. Nesta pequena conferência, Turner descrevia e buscava persuadir seus interlocutores sobre o papel decisivo que haveria jogado a “fronteira” na formação do país, com uma influência abrangente sobre a organização social, política e cultural. A hipótese ali defendida seria desenvolvida em um conjunto de artigos do próprio autor, publicados em periódicos diversos e reunidos apenas em 1920 no livro *The frontier in american history*. Neste período, sua influência foi enorme, ficando conhecida como a “tese de Turner” que, por sua vez, tornou-se objeto de rica contestação e debate bastante frutífero, ao menos até a década de 1960.

Inicialmente, a tese de Turner se consti-

tuiu em oposição a uma explicação de cunho genético da singularidade da formação histórica norte-americana. Essa linha, dominante até o final do século dezenove, apontava para uma relação direta entre as experiências políticas de cunho democrático neste país e a herança cultural anglo-saxônica<sup>3</sup>. Nesta linha, as instituições políticas americanas teriam se formado primeiramente nas florestas medievais germânicas e sido difundidas até a América através da Inglaterra.

Turner, em contrapartida, apresenta uma tese que vai valorizar as diferenças entre a experiência americana e as europeias. Sai de cena a ideia do transporte de um legado cultural e em seu lugar entra a particularidade de um desenvolvimento histórico específico. O ponto de virada para Turner se dá na região que ele vai denominar de “fronteira”. Em síntese, Turner propunha que a cultura européia, quando transplantada para um novo ambiente, quando entra em contato com o *wilderness*, se transforma. Nesse sentido, a peculiaridade das instituições políticas e sociais americanas é o fato de terem sido produzidas de forma a se adaptarem a um ambiente novo, a um movimento de expansão sobre um território hostil e primitivo. É neste território de fronteira entre a civilização europeia e o *wilderness* americano que se produz a “americanização”, pois o ambiente se impõe e obriga a adaptação do homem e da cultura. Aos poucos o homem transforma o *wilderness*, mas o resultado não é a reprodução da velha Europa e sim um produto novo, genuinamente americano (TURNER, 1963).

De início, vale notar o significado pecu-

---

3. Ver Wegner (2000), Billington (1963).

liar que a “fronteira” adquire nesse contexto. A palavra de língua inglesa *wilderness* é de difícil tradução, como já observado por Wegner, tendo, ao mesmo tempo, o sentido de “deserto” e de “selvagem”. O mesmo autor aponta também que a fronteira para Turner significava tanto “terras livres”, aptas à colonização, como um ponto de contato entre a civilização e o primitivo. Segundo Wegner:

A fronteira permite que os colonos busquem novas condições de vida nas *terras livres*, o que é um incentivo para o espírito de iniciativa e para a defesa da igualdade de oportunidades. Sendo assim, para Turner, os valores da nação americana, a democracia e o individualismo, são alimentados pela fronteira e não pelo ideário dos imigrantes anglo-saxões. Porém a dinâmica do processo não é explicada apenas pelas oportunidades abertas pela terra livre, mas também porque o pioneiro ao buscá-las, entra em contato com a *simplicidade da sociedade primitiva*, sendo obrigado a se adequar a padrões nativos de relação com a natureza. (WEGNER, 2000, p.98).

Assim, haveria duas linhas de influência da fronteira sobre a experiência americana, uma oriunda das oportunidades abertas pela ocupação de terras livres, outra resultante da adaptação do colono ao meio dito “primitivo”, do enfrentamento com os povos indígenas, das necessidades práticas de edificar uma civilização onde antes não havia. É especialmente forte aqui a marca de uma concepção evolucionista da história social, traço que acompanha a obra de Turner. Para o debate específico que propomos neste artigo, é no entanto a primeira hipó-

tese a que mais nos interessa, vejamos como Turner a desenvolve.

Turner considera que a expansão para o oeste é o movimento principal da história norte-americana, “a existência de uma área de terra livre, sua contínua recessão e o avanço dos assentamentos americanos em direção ao oeste explicam o desenvolvimento americano” (TURNER, 1963, p.1). Esse movimento de expansão, até então contínuo, teria moldado a cultura e as instituições políticas americanas, fazendo com que a fronteira tivesse uma influência que transbordasse o seu território estrito.

Foi no curso desse movimento que a composição étnica da população se alterou com o influxo de imigrantes de nacionalidades europeias diversas. A influência e a dependência da Inglaterra, marcante na colonização da costa atlântica, diminuía. A fronteira também exigia que o estado se tornasse mais complexo, desenvolvendo o ordenamento jurídico, as leis de terras, a legislação fabril, o comércio e o transporte. Fortalece-se uma tendência nacional para além dos governos estaduais, complexificando as tarefas de governo e projetando um sentido de defesa da unidade nacional face ao seccionalismo, algo para o qual também contribuiu a mobilidade populacional. A fronteira também teria produzido um tipo psicológico característico, o homem forte e de caráter rude, porém com inteligência aguda, prática, criativa e enérgica, com enorme compreensão de problemas materiais. Teríamos aí, segundo o autor, a psicologia do individualismo americano, de homens acostumados com a liberdade na fronteira.

As terras livres ofereciam a possibilidade de construir uma sociedade menos influenciada pelas estruturas sociais do passado e, ao mesmo



tempo, funcionavam como um portão de escape (“*gate os scape*”) para as tensões sociais da região mais populosa. Diz o autor: “apesar do ambiente e apesar do costume, cada fronteira de fato forneceu um novo campo de oportunidade, um portão de escape das amarras do passado” (TURNER, 1963, p.98). Livrar-se da influência do passado, significava livrar-se do tipo de estrutura social europeia e suas hierarquias, tal como Weber já havia sugerido, permitindo nivelar as oportunidades, sugerindo a criação no terreno das relações sociais de uma experiência mais próxima da democracia.

Para tanto, era decisivo que a ocupação da terra não estivesse imobilizada e que fossem construídas as condições materiais para a ligação econômica entre o oeste e a costa atlântica. Esse processo de superação de barreiras naturais, de integração via transportes e comunicações, foi determinante na construção de um mercado doméstico forte, promovendo o desenvolvimento material americano. Os líderes políticos da fronteira foram decisivos nesta operação, como argumentou Turner, citando a atuação de presidentes americanos, oriundos de regiões de fronteira, como Thomas Jefferson, Andrew Jackson e Abraam Lincoln. Jefferson e Jackson consolidaram a imagem da democracia agrária norte-americana, expressão política da ocupação da fronteira no princípio do século dezanove.

Entretanto, a ideia do “portão de escape” não se referia apenas às “amarras do passado”, mas também às do presente. Assim, sempre que as condições sociais tendiam a se cristalizar no leste, que o capital tendia a oprimir o trabalho, que as liberdades individuais eram restringidas, havia o “portão de escape” para a fronteira. Segundo essa hipótese, os homens não aceitariam condições salariais inferiores ou condições sub-

ordinadas de vida enquanto uma terra de liberdade e igualdade estivesse a seu alcance. Terras livres significariam, então, oportunidades livres e a possibilidade de equilibrar as relações entre capital e trabalho nas regiões mais desenvolvidas. Não é a toa que Turner argumentou que havia interesses comuns entre os homens do oeste e os trabalhadores do leste, expressos na necessidade de formação de um mercado interno robusto, pela ligação entre leste e oeste, através de melhoramentos no transporte e nas comunicações. Havia também interesses em comum com a indústria, sobretudo pela necessidade desta última de apropriação dos recursos naturais disponíveis com o movimento de abertura da fronteira. Já as tentativas de controle da fronteira não foram historicamente bem sucedidas.

Por fim, o território vasto impôs à democracia um problema de magnitude, um treinamento para lidar com áreas extensas e com largos recursos naturais, algo incomum nas pequenas (do ponto de vista territorial) experiências democráticas da Europa do século dezanove. Em contrapartida, isso levou ao surgimento dos “capitães de indústria” que obtiveram sucesso em controlar vastos recursos naturais e poder econômico, colocando em questão as condições em que a democracia poderia sobreviver. No mesmo sentido, o fechamento da fronteira, com a exaustão de terras livres alteraria largamente as condições para a continuidade da democracia norte-americana, abrindo um leque de preocupações importantes para o autor.

Turner identifica então a fronteira com um movimento de emancipação das classes subalternas norte-americanas. O insucesso das tentativas de controle da fronteira, a possibilidade de usufruto de terras livres que gradual-

mente iam se integrando ao mercado interno americano favoreceu a autonomia material dos colonos. Representou, assim, a possibilidade de um capitalismo agrário, diríamos nós, calcado na pequena e na média propriedade, ou ao menos uma estrutura de oportunidades mais aberta a esse tipo de desenvolvimento. Turner liga essa trajetória à democracia política, vinculando então o tipo de ocupação da fronteira à particularidade da formação institucional americana. Os laços de interesse que ligaram o homem da fronteira, por um lado, aos trabalhadores do leste e, por outro, aos capitães de indústria poderiam funcionar como a liga que possibilitou a ascensão de suas lideranças políticas. Em outra interpretação, Barrington Moore Jr. (1975) sugeriu que o oeste desempenhou papel decisivo no desequilíbrio da relação de forças entre o norte atlântico e o sul escravista na Guerra de Secessão, contribuindo para um desenlace que favoreceu a expansão do capitalismo e de uma democracia liberal nos Estados Unidos, tese que parece guardar afinidade com a de Turner.

A fronteira para Turner desempenhou um papel virtuoso na formação americana. Sua preocupação maior era então com o esgotamento das terras livres, com a exaustão do movimento de expansão, que poderia levar a riscos diversos, como os inerentes às disputas imperialistas (das quais os Estados Unidos haviam mantido relativa distância até o final do século dezanove), os do acirramento dos conflitos de classe, os do monopólio na indústria ou na agricultura. Como já havia sugerido Weber, o fechamento da fronteira poderia tornar essa sociedade mais parecida com a europeia e esgo-

tar suas energias democráticas. Sua conclusão não era catastrofista, a democracia poderia encontrar outras vias de desenvolvimento, mas percebe-se aqui o quanto Turner vinculou fronteira e democracia em sua leitura da história americana.

### 3. LÊNIN, A FRONTEIRA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

O tema da fronteira foi decisivo no argumento de Lênin acerca da questão agrária na Rússia. O tema não era de menor importância para Lênin, pois, de acordo com sua interpretação, o rumo do processo de modernização em curso na Rússia, na virada do século dezanove para o vinte, dependia do tipo de solução que se daria para a questão agrária. Era este o território decisivo das lutas políticas e sociais de então.

Lênin construiu sua intervenção no debate russo polemizando contra duas interpretações em voga. Por um lado, enfrentou as concepções do populismo russo, que via na antiga comuna camponesa a base social de uma transformação socialista na Rússia que fosse capaz de “saltar” sobre o capitalismo<sup>4</sup>; por outro, enfrentou o chamado “marxismo legal”, que considerava historicamente necessária a passagem por um período de hegemonia burguesa, levando a uma política de colaboração com o liberalismo e de distanciamento da questão agrária<sup>5</sup>. Lênin inovava também em relação à política predominante entre os marxistas alemães, que recusavam a possibilidade de um desenvolvim-

4. Sobre o debate entre marxistas e populistas russos, ver Fernandes (1982), Walicki (1984).

5. Ver Strada (1984).

ento camponês autônomo, vindo como inevitável a concentração da propriedade agrária em grandes fazendas capitalistas<sup>6</sup>.

Mas qual seria a inovação leniniana? Qual o lugar da fronteira nesta concepção? Deve-se, em primeiro lugar, dizer que Lênin inovou pouco em relação ao núcleo das formulações teóricas de Marx; nesse sentido, ele era bastante ortodoxo e buscava seguir as linhas traçadas em *O capital*. Sua inovação está ligada à interpretação das singularidades do desenvolvimento da Rússia, que comportava diferenças significativas em relação à trajetória da Europa ocidental, especialmente por chegar ao início do século vinte e um com a presença de um campesinato significativo, boa parte ainda enredado em relações sociais derivadas da servidão. O reconhecimento desse campesinato como um ator político relevante e a tentativa de incorporar seus interesses na conformação de uma nova hegemonia levaram Lênin a uma formulação original, no âmbito do marxismo, da questão agrária e do problema da fronteira, e que guarda similaridades com o tipo de análise realizada por Weber e por Turner, ainda que comporte também diferenças.

Lênin, ao contrário dos populistas, não considerava possível o “salto sobre o capitalismo”. Os primeiros capítulos de sua opus magnum para a análise da Rússia, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicada em 1899, enfrentam as concepções populistas, que viam na desintegração da comuna camponesa um obstáculo à formação do mercado interno russo. Os populistas viam também a comuna camponesa como um espaço de resistência à

penetração do capitalismo no campo, lastreando sua análise nas tradições de solidariedade comunal camponesa. Lênin (1982) desmonta o argumento em duas frentes, primeiro, seguindo Marx, mostra que a separação dos trabalhadores de seus meios de produção e a introdução do trabalho assalariado são as bases da formação do mercado capitalista. Depois estuda a economia camponesa, vindo aí um processo de contínua diferenciação do campesinato desde a abolição da servidão em 1861.

Esta reforma havia dividido as terras em dois grupos, uma sob controle das comunas camponesas, outra sob o controle dos antigos senhores. Analisando as terras camponesas, o autor percebe que havia um reordenamento da posse de terras a partir da compra ou do arrendamento de lotes por camponeses em melhores condições econômicas. A agricultura camponesa se diferenciava em grupos distintos, passando a haver uma parcela capaz de utilizar maior quantidade de terras, de instrumentos agrícolas, tração animal e mesmo trabalho assalariado. Introduzem-se, então, no interior da comuna práticas de uma agricultura comercial e começam a aparecer classes sociais diferenciadas no campo, com o embrião de uma pequena burguesia agrária e de um proletariado agrícola.

Em contrapartida, nas antigas fazendas senhoriais, o campesinato permanecia atrelado a um conjunto de obrigações de natureza feudal, através do sistema de pagamento em trabalho. Por este sistema, os camponeses trabalham a terra senhorial com seus próprios instrumentos e recebem em troca pagamentos em espécie.

---

6. Sobre a posição dos socialistas alemães neste período, ver Scraepler (1974); Hussain e Tribe (1981).

Esse “resquício” de feudalismo era visto por Lênin como um obstáculo ao avanço da economia mercantil, das remunerações em dinheiro, e como uma pesada carga ao campesinato, que permanecia subordinado à antiga propriedade, em relações de dependência pessoal, atendendo ao interesse senhorial de manter uma força de trabalho imobilizada no campo.

O quadro do avanço do capitalismo no campo era então muito desigual, com uma variedade de sistemas de trabalho e de relações sociais muito diversificado. Era, todavia, nas regiões de fronteira que Lênin identificava as possibilidades de um avanço mais rápido das formas capitalistas de produção, constituindo as “zonas típicas” do capitalismo agrário russo. Eram áreas que vinham sendo colonizadas por um campesinato livre, com terras abundantes e não imobilizadas pela grande propriedade senhorial. Beneficiavam-se das ligações com as regiões industrializadas da Rússia e com o mercado internacional, o que possibilitou a expansão da área cultivada com emprego de máquinas e trabalho assalariado. Era o princípio de uma grande agricultura de origem camponesa, mas já sob moldes capitalistas:

Já assinalamos que essa região constitui a zona típica do capitalismo agrário na Rússia, típica não apenas do ponto de vista da agricultura, mas do ponto de vista econômico e social. Essas colônias, onde o desenvolvimento foi mais livre, revelam quais as relações que poderiam e deveriam se desenvolver no resto da Rússia, não fossem os múltiplos vestígios de servidão que retardaram a implantação do capitalismo (LÊNIN, 1982, p.170).

A fronteira surge, aqui, então, nova-

mente, como uma combinação de terras livres, aptas à colonização, como um movimento de diferenciação em relação à antiga estrutura social de origem feudal e com um sentido de emancipação para o campesinato que consegue se instalar. As terras livres têm aí uma conotação positiva, podem ser consideradas um recurso, “a Rússia se encontra em condições particularmente vantajosas, graças à enorme superfície de terras livres à colonização que dispõe” (LÊNIN, 1982, p.372). A vantagem era poder desenvolver o capitalismo sem os obstáculos criados pela antiga estrutura social agrária, tal como já observado pelos demais autores.

Havia porém uma condição para que essas terras fossem utilizadas, a liberação do campesinato do jugo senhorial. A emancipação do campesinato é decisiva para que se possa constituir uma via de desenvolvimento mais próxima do modelo norte-americano, aproveitando a fronteira como instrumento de desenvolvimento capitalista mais democrático:

Rússia possui uma quantidade gigantesca de terras para colonizar, que irão fazendo-se acessíveis à população e ao cultivo não só com cada avanço da técnica agrícola, mas com cada passo que se dê na empresa de liberar o campesinato do jugo feudal. Esta constitui a base econômica da evolução burguesa da agricultura russa segundo o modelo norte-americano. Nos países da Europa ocidental (...) estava já ocupada toda a terra na época das revoluções democrático-burguesas (LÊNIN, 1974, p.296).

Assim, a fronteira poderia aproximar a Rússia do modelo americano, avaliado positivamente por Lênin devido à conjugação de ter-

ras livres com democratização da propriedade e ao nível da política por uma “democracia capitalista”. Esta América havia conseguido romper com o escravismo e por meio da colonização do oeste impulsionar um forte capitalismo agrário, sem contudo deixar de desenvolver uma agricultura intensiva nas regiões da costa atlântica. Havia ali uma combinação virtuosa entre ocupação da fronteira, desenvolvimento do capitalismo e democracia burguesa (LÊNIN, 1980).

Porém, a fronteira em Lênin não tem um sentido unívoco. Dos três autores analisados neste trabalho, ele foi o que melhor percebeu a ambiguidade da fronteira. Ele parece retomar a tese do “portão de escape”, mas com conteúdo normativo diverso. Na fronteira, o capitalismo se desenvolveria em extensão, sendo assim possível desafogar a pressão demográfica nas áreas de ocupação antiga e contornar o problema da escassez de terras e da necessidade de ampliação de investimento de capitais para tornar a agricultura mais intensiva. A fronteira poderia então representar uma saída para uma agricultura capitalista que se desenvolvesse a partir da pequena produção mercantil camponesa. Porém, o crescimento em extensão tende a retardar o crescimento “em profundidade” do capitalismo, abrindo a possibilidade de coexistência da agricultura senhorial semi-medieval com formas capitalistas de produção na indústria e na agricultura. Se o capitalismo não pudesse estender-se para além do território ocupado, essas contradições seriam acirradas forçando o desenvolvimento em profundidade (LÊNIN, 1982).

O argumento seria sofisticado com a elaboração da hipótese das duas vias de desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Ali Lênin ligava fortemente o sentido da modernização em curso ao destino da questão agrária. O

problema era então saber para onde se deslocaria a hegemonia neste processo de transformações, se o latifúndio senhorial poderia comandar o processo de transição ao capitalismo, ou se o novo campesinato (que estava se transformando em burguesia agrária) o faria. Essas duas formas são vistas como concorrentes, disputam o sentido da evolução da economia mercantil, com interesses opostos e consequências políticas distintas.

Esses dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possível, nós denominaríamos respectivamente caminho prussiano e caminho norteamericano. No primeiro caso, a economia feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma economia burguesa, *junker*, que condena os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e servidão, enquanto surge ao mesmo tempo uma pequena minoria de *Grossbauer* (camponeses grandes). No segundo caso, não existe economia latifundiária ou foi liquidada pela revolução, que confisca e divide as fazendas feudais. Neste caso predomina o campesinato, que se converte em fator exclusivo da agricultura e evolui até converter-se em agricultor capitalista (LÊNIN, 1974, p.282).

A via prussiana pode ser lida como uma expressão da modernização capitalista hegemônica pela antiga classe de senhores rurais, que resolve a questão agrária pela transformação do latifúndio em moderna empresa capitalista. Politicamente, se expressava na coalizão liberal-monárquica, evitando a ruptura e guardando forte continuidade com o passado. O sentido político é de restrição da democra-

cia, preservando as formas de controle sobre o movimento das classes subalternas, inclusive sobre seu movimento em direção à fronteira. A via prussiana era a saída que estava sendo posta em curso após as convulsões sociais de 1905.

O programa de colonização da fronteira agrícola, em especial a siberiana, comandado pelo ministro do Interior Stolipin ia, nesse sentido, promovendo a destruição violenta das comunidades camponesas, açambarcando terras e tentando estabelecer lá uma base de grandes proprietários, os *culaque*s, sob o controle do governo central. Stolipin buscava na fronteira um “portão de escape” para as tensões crescentes entre o campesinato russo, possibilitando preservar o latifúndio das reivindicações reformistas. Ao mesmo tempo, tentava controlar politicamente o movimento migratório, recendo a possibilidade de desenvolvimento de uma organização social democrática na região de fronteira<sup>7</sup>.

Em contrapartida, a via americana conjugaria a emancipação do campesinato, a ocupação de terras livres e a democracia política. A base social desta via seria uma aliança das classes subalternas, o campesinato e a classe operária, sendo, a democracia, o regime mais adequado a expressar essa composição. Politicamente, significava uma ruptura com a antiga forma de dominação, ainda que seu sentido não fosse diretamente socialista, e seu programa econômico fosse claramente capitalista. Lênin buscava uma passagem para a transição do campesinato a uma burguesia agrária politicamente revolucionária, e um ordenamento político democrático, no qual via vantagens

para o desenvolvimento da luta socialista. Por vias diversas, buscava aproximar a Rússia do desenvolvimento clássico do capitalismo ocidental, encontrando no campesinato um equivalente do papel revolucionário que a burguesia havia desempenhado na França, nos Estados Unidos ou na Inglaterra.

Deve-se notar ainda que Lênin (1974) estendeu o problema da liberação da terra para além da fronteira. Seguindo a teoria da renda da terra marxiana, ele argumenta que o monopólio da terra inscrito no latifúndio induz a cobrança de uma renda absoluta em favor do proprietário. Essa modalidade de renda da terra não provém da diferença natural de fertilidade do solo (a “renda diferencial”), mas da simples existência da propriedade privada. Sua consequência é a elevação dos custos de produção e a diminuição do capital disponível para o investimento em instrumentos de produção, ou para a remuneração do trabalho. É assim uma espécie de tributo pago por toda sociedade à propriedade agrária. A renda absoluta torna-se assim uma renda não capitalista, derivada exclusivamente do monopólio da terra. Liberar a terra do monopólio é parte de um programa de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Lênin argumentaria, então, em favor da nacionalização das terras e seu arrendamento aos camponeses, eliminando a renda absoluta, ainda que mantendo a renda diferencial, função da diferença de fertilidade natural do solo. Apesar de seu esforço teórico em inscrever uma tal reforma do direito de propriedade agrário em um terreno burguês (de desenvolvimento do capitalismo), ele reconhece que a burguesia

---

7. As reformas de Stolipin são avaliadas por Lênin (1974). Pode-se obter uma interpretação histórica também em Hill (1967). Otávio Velho (1976) também abordou o tema. Para a produção mais recente sobre o período, ver Pallot (1999).

difícilmente poderia aceitar tal transformação por temor da ameaça à propriedade em geral. Para o nosso interesse, essencial é perceber que o movimento de liberação da terra não poderia se restringir à fronteira, mas deveria se estender para além dela.

Não entraremos aqui na natureza do projeto político leninista, nem em considerações sobre a correção ou os equívocos de sua análise do campesinato, ambas abundantes na bibliografia<sup>8</sup>. O que nos parece relevante é perceber a associação que Lênin faz entre a questão agrária, a fronteira e a natureza dos processos de modernização. Aqui a hipótese da fronteira é complexificada por sua inserção em um contexto de lutas políticas. A vantagem em potencial da existência de terras livres para a emancipação do campesinato e para um desenvolvimento mais democrático pode ser revertida pela ocupação controlada. A fronteira em si é ambígua, seu sentido só pode ser compreendido em função de um movimento mais geral da sociedade e dos conflitos políticos.

#### 4. CONCLUSÃO

As diferentes abordagens que examinamos ajudam a problematizar a categoria “fronteira” e observar as possibilidades diversas de interpretação de sua relação com a questão agrária e a modernização. Os três autores tendem a ver a fronteira como terras livres aptas à colonização, em um contexto de modernização capitalista. A relação forte é entre a disponibilidade de terras e a possibilidade de um de-

envolvimento mais “livre” do capitalismo, no sentido de livre do controle ou da influência da antiga estrutura social, marcada pela hegemonia de uma aristocracia agrária de origem feudal. Assim, são terras livres apenas no sentido de que não estão ocupadas ou apropriadas pelas antigas formas de propriedade agrária. Se, como argumentou Weber, consideramos que a propriedade não desempenha funções apenas na esfera da produção econômica, mas que constitui-se como centro de dominação política, podemos entender melhor a relação entre o tipo de ocupação do território e os problemas políticos que dizem respeito à emancipação do campesinato e ao processo de formação estatal.

Terras livres para a colonização em um contexto de modernização capitalista apontariam para uma chance, de a expansão mais rápida de uma hegemonia tipicamente burguesa no mundo agrário. É de Barrington Moore Jr. (1975) a sugestão de que a submissão do campo a formas tipicamente capitalistas de coerção econômica da força de trabalho representa um passo decisivo para “domesticar” a questão agrária e afastar as possibilidades de sistemas políticos autoritários. Esta formulação parece guardar relação com a proposição de Lênin sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo no campo, com a análise de Weber sobre a hegemonia “junker” na Alemanha ou com os efeitos democráticos da fronteira na América de Turner. Há uma afinidade entre sistemas repressivos de organização do trabalho e o autoritarismo político.

A preservação de um território resistente a uma completa hegemonia burguesa parece ter

---

8. Uma revisão ampla da bibliografia pertinente pode ser vista em Shanin (2005).

sido assim um obstáculo importante para a afirmação de uma democracia liberal. A ausência de fronteira ou a sua abertura controlada poderiam favorecer o reforço dos laços de continuidade entre um mundo agrário que passava por fortes transformações econômicas e, por certo, sociais, com as relações de força e de hegemonia do período anterior. Nesse sentido, liberar a terra dos controles patrimoniais exercidos pela aristocracia agrária era um ponto chave na interpretação de todos os autores examinados.

Todavia, não se deve reificar a fronteira. A política é um elemento decisivo na conformação da sociedade nas regiões “de fronteira”. O exemplo dos programas de colonização da Sibéria empreendidos por Stolipin, tal como aparecem na análise de Lênin, em um contexto de modernização conservadora, sugere que a condução política pode estabelecer limites à expansão de uma hegemonia burguesa de tipo “americana” nas regiões de fronteira. O estado sustentado por uma coalizão que envolvia a burguesia urbana e a aristocracia agrária empreendia a modernização e tratava de controlar a ocupação do território.

Tentar tornar precisa a ideia de “terras livres” é também necessário para evitar a noção de que a fronteira representa alguma forma de espaço vazio, algo que de certa forma pode ser imaginado a partir da noção de *wilderness* presente na obra de Turner. Olhar a fronteira como um movimento de expansão da agricultura comercial e do capitalismo agrário<sup>9</sup> significa trazer à tona a sua dimensão conflitiva. Turner tinha consciência de que a marcha

para o oeste americano implicou por exemplo o conflito com os povos indígenas, mas tendeu a interpretá-lo como um conflito entre civilização e culturas primitivas. A noção de *wilderness* torna-se, então, objeto de crítica importante.

Lênin percebeu outra ordem de conflitos entre classes sociais distintas, seus interesses e as formas de produção de que eram portadoras. Já Weber enfatizou aspectos políticos e culturais da fronteira e o tipo de tensão que ela provocava no controle tradicional e na reprodução de suas estruturas sociais.

Turner e Weber estão mais próximos de uma valoração axiológica da fronteira, atribuindo a ela um sentido positivo. Para ambos, a fronteira é uma vantagem. Já em Lênin, o tom é mais ambíguo, o que pode estar relacionado à natureza das concepções políticas dos autores, notadamente ao problema do socialismo, mas também ao tipo de tensão que a experiência russa descortinava, característica da modernização conservadora, com a tentativa de controle da expansão da fronteira, o que Otávio Velho (1976) viu como um indício de capitalismo autoritário.

Vê-se assim, que a associação entre fronteira e democracia está longe de ser necessária, mas deve ser entendida como contingente, historicamente determinada e mediada pelas lutas de hegemonia em curso em cada caso particular. De toda maneira, a forma que o capitalismo assume na fronteira contribui para a determinação da questão agrária mais ampla, o que por sua vez guarda relação importante com o sentido dos processos de modernização. Processos

---

9. Não queremos com isso argumentar que a análise sociológica da fronteira diz respeito apenas à expansão do capitalismo. Este é um dos movimentos que ajudam a conformar as situações de fronteira. A distinção, muito utilizada por José de Souza Martins, entre “frente pioneira” e “frentes de expansão” ajuda a revelar diferentes desdobramentos dos movimentos migratórios e dos conflitos na fronteira. Ver Martins (2009).



de modernização econômica que não desfizeram as formas de controle patrimonial da terra foram excessivamente fracas para determinar processos de emancipação dos seres subalternos nele envolvidos, sugerindo que a presença de uma estrutura de propriedade agrária concentrada em modernas sociedades capitalistas continua sendo um obstáculo à democratização política e social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILLINGTON, Ray Allen. Foreword in: Turner, Frederick J. *The frontier in american history*. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1963.
- FERNANDES, Rubem C. (org.), *Dilemas do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HELLER, Agnes. *A sociologia como desfetichização da modernidade*. Novos Estudos CEBRAP, nº 30, 1991.
- HILL, Christopher. *Lênin e a revolução russa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- HUSSAIN, Athar; TRIBE, Keith. *Marxism and the agrarian question: German social democracy and the peasantry 1890 - 1907*. London: Macmillan, 1981.
- LÊNIN, VI. *El programa agrario de la socialdemocracia en la revolcion russa de 1905 - 1907*. In: \_\_\_\_\_. *Obras escogidas, Tomo II*, Buenos Aires: Ed. Cartago, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MOMMSEN, Wolfgang J. *Max Weber and German politics, 1890-1920*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa, Santos: Cosmos, Martins Fontes Ed., 1975.
- PALLOT, Judith. *Land reform in Russia, 1906-1917: peasant responses to Stolypin's project of rural transformation*. Oxford : New York: Clarendon Press ; Oxford University Press, 1999.
- REIS, E. *Sociedade agrária e ordem política. Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 23, no. 3, 1980.
- SCAFF, Lawrence. *Weber before weberian sociology in: Keith Tribe (editor) Reading Weber*. London, New York: Routledge, 1989.
- SCRAEPLER, Ernst. *Prologo a la edicion alemana de 1966 in: Kautsky, K. La cuestion agraria*. Barcelona: Editorial Laia, 1974.
- SHANIN, Teodor. *A definição do camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*”. *Revista NERA*. Ano 8, n. 7, 2005.
- STRADA, Vittorio. *O marxismo legal na Rússia in: Hobsbawm, E.J. História do marxismo*, v.

III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

TURNER, Frederick J. *The frontier in american history*. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1963.

VELHO, Otávio, *Capitalismo autoritário e campesinato*, São Paulo: Difel, 1976.

WALICKI, Andrzej. *Socialismo russo e populismo* in: Hobsbawm, E.J. *História do marxismo*, v. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

WEBER, Max. *Capitalismo e sociedade rural na Alemanha*. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Coleção Os Pensadores, vol. XXXVII. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. *A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além – Elba – 1892* in: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (orgs.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l'Est de l'Elbe*. *Conclusions prospectives*. Actes de La recherche em sciences sociales, v. 65, no. 1, 1986.

\_\_\_\_\_. *Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers* in: Keith Tribe (editor) *Reading Weber*. London, New York: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. *Germany as an industrial state* in: Keith Tribe (ed.) *Reading Weber*. London, New York: Routledge, 1989a.

\_\_\_\_\_. *Estudos políticos – Rússia 1905-1917*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.